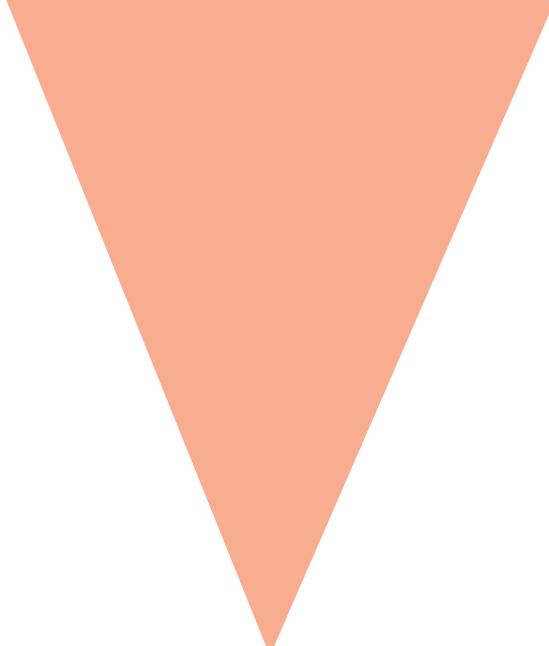




Artigos



Controvérsias acerca da certificação de indicação geográfica do capim dourado do Jalapão

*o caso da comunidade Mumbuca,
Mateiros (TO)¹*

Alex Pizzio²

José Rogério Lopes³

-
- 1 Os autores agradecem à Fapergs e à Capes os financiamentos que possibilitaram a realização da pesquisa cujos dados parciais são aqui analisados.
 - 2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), professor adjunto no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: alexpizzio@uft.edu.br.
 - 3 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UFT. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: jrlopes@unisinos.br.

RESUMO

O artigo descreve o contexto de produção de artefatos culturais de capim dourado na região do Jalapão (TO), com foco na trajetória da comunidade quilombola extrativista do Mumbuca, localizada no município de Mateiros, e sua relação com as políticas culturais. As descrições da trajetória da associação local de artesãos e suas parcerias evidenciam condicionantes institucionais e ambientais que afetaram suas técnicas de produção e impuseram dificuldades atuais aos atores. Os processos descritos convergem para a discussão sobre a certificação de Indicação Geográfica (IG) do capim dourado e suas repercussões.

Palavras-chave: *Comunidade Mumbuca. Capim dourado. Certificação de Indicação Geográfica. Políticas culturais.*

ABSTRACT

The article describes the context of production of cultural artifacts in golden grass (capim dourado) in the region of Jalapão, Tocantins State, Brazil, focusing on the trajectory of the extractive quilombola community of Mumbuca, located in the municipality of Mateiros, and their nexus with the cultural policies. The descriptions of the trajectory of the local association of artisans and their partnerships demonstrate institutional and environmental constraints that have affected their production techniques and imposed current difficulties for the actors. The processes described converge to the discussion on the geographical indication certification of golden grass and its repercussions.

Keywords: *Mumbuca Community. Capim dourado. Geographical Indication Certification. Cultural policies*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo evidenciar a tensão produzida na implementação de alguns dispositivos institucionais das políticas culturais contemporâneas. A questão, aqui, diz respeito aos processos de certificação de IG de matérias-primas utilizadas por comunidades e coletividades na produção de artefatos culturais. Em geral, esses processos encontram-se inscritos em contextos nos quais se estabeleceram alguns registros de patrimonialização cultural imaterial de ofícios tradicionais, com a finalidade de assegurar que as práticas e os saberes das comunidades e/ou coletivos produtores de artefatos se deem em consonância com a sustentabilidade do ambiente no qual se produziram e se reproduzem. No âmbito das políticas culturais, esses dispositivos se reproduzem pela difusão de um ideário globalizado, no qual “[...] a preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade – seja a biodiversidade ou a diversidade cultural – para a sobrevivência da humanidade” (LOBO, 2012, p. 69).

Todavia, a trajetória de nossas pesquisas⁴ vem revelando outro aspecto desses dispositivos institucionais, reconhecido nos denominados fatores ou critérios de qualificação dos artefatos culturais que compõem os registros ou a certificação de IG de suas matérias-primas. Chamamos atenção para o fato de os fatores ou critérios de qualificação serem regularmente definidos e estabelecidos por alguma agência instituída e exógena aos contextos de produção dos artefatos, e de reprodução das práticas e saberes a eles associados, incidindo sobre os mesmos como controle de produção.

Entre as comunidades e coletividades pesquisadas,⁵ esse aspecto tem aflorado, mais ou menos explicitamente, conforme o avanço dos processos de certificação – se em implementação ou efetivada. Trataremos neste texto do caso da certificação de indicação geográfica do capim dourado (*Syngonanthus nitens*), na região do Jalapão, Tocantins, considerando-se algumas singularidades e tensões desveladas nesse percurso.

A DISSEMINAÇÃO DO CAPIM DOURADO E SUAS REPERCUSSÕES NO JALAPÃO

Os artefatos de capim dourado disseminaram-se pelo Brasil desde a década de 1990, reconhecidos como uma das expressões mais refinadas do artesanato nacional e comumente tipificados ou classificados como biojoias ou ecojoias. Nos anos 2000, ganharam

-
- 4 Trata-se do projeto “Políticas culturais e ambientais, coletividades e patrimônios no Brasil: algumas questões epistêmicas”, de abrangência nacional, que prevê investigar as trajetórias e práticas de coletividades e comunidades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social, que se reconhecem em um contexto ambiental determinado e utilizam, nas suas atividades, tecnologias patrimoniais que integram as percepções locais de cultura e ambiente.
 - 5 Na primeira fase do projeto (2010/2013), investigamos 33 coletividades e comunidades constituídas nos critérios da pesquisa, distribuídas em 17 estados do país. Na segunda fase (2014/2017), selecionamos 10 casos em 9 estados das diferentes regiões brasileiras. As investigações foram norteadas pelos procedimentos da análise situacional, com base na abordagem etnográfica (VAN VELSEN, 1987), utilizando técnicas de investigação estipuladas em um quadro comum às pesquisas em Ciências Sociais: observação direta dos contextos investigados, entrevistas, coleta documental e aplicação de questionários, complementadas pelo acompanhamento regular de canais de divulgação das coletividades na *web*.

uma exposição pública globalizada e passaram a ser oferecidos em vitrines e estandes de áreas de circulação e grandes *shoppings*, compondo a chamada *airport art*. No contexto brasileiro, e para além dessas tipificações e classificações,⁶ os artefatos culturais de capim dourado compõem atualmente um traço central do artesanato produzido no Tocantins, especificamente na região do Jalapão. Há vários locais de venda na capital, Palmas, com destaque para algumas lojas de artesanato nas avenidas centrais.

Um deslocamento pelas localidades próximas, como Taquaruçu (a 35 km de Palmas), permite constatar que essa disseminação está fortemente associada ao desenvolvimento dos agenciamentos turísticos e culturais na região. No pequeno distrito de Taquaruçu, onde se expande um modelo de empreendimento turístico ambiental e cultural, com forte presença do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), há três estabelecimentos de venda de artesanato com artefatos de capim dourado. Na praça central, onde se localiza a Casa da Cultura, ocorrem regularmente oficinas destinadas a jovens para a produção desse tipo de artesanato. À medida que se segue em direção ao Jalapão, seja pela estrada que passa por Ponte Alta (ao norte) ou pela que vai por Novo Acordo e São Félix do Tocantins (ao sul), ambas chegando a Mateiros (na região central do Jalapão), veem-se pontos de venda de artefatos de capim dourado. Quanto mais um viajante se aproxime de Mateiros, mais recorrentemente se percebem esses pontos de venda, alternando-se com a percepção de placas indicativas das comunidades quilombolas (são dez na região), das formações rochosas, dos rios, cachoeiras e córregos, e dos campos de capim dourado pelas veredas – entre outras espécies do Cerrado, como o pequi, o babaçu e o buriti.

.....

6 As crescentes tipificações e classificações dos artefatos culturais produzidos no país foram analisadas por Nery (2014). A autora considera que a elaboração desses sistemas classificatórios por instâncias governamentais e agências institucionais normativas decorre do lugar de disputas e tensões que o artesanato assume contemporaneamente, frente à arte e ao mercado.

A diversidade de paisagens atrai muitos turistas para a região, o que incentivou os municípios, as comunidades quilombolas e alguns proprietários de terra a investir em empreendimentos de infraestrutura turística. Regularmente, esses empreendimentos tendem a reproduzir características regionais, em arranjos de galpões ou ranchos de adobe e madeira contíguos às residências dos indivíduos, com um paisagismo de espécies nativas. Dispersos pelas estradas vicinais, já configuram referenciais de um circuito turístico em desenvolvimento, como evidenciam os totens de adesivos de grupos turísticos espalhados pelos empreendimentos. Em quase todos eles há bancadas ou prateleiras com exposição de artefatos de capim dourado, e quando se situam no interior ou perto de uma comunidade quilombola é comum a presença de mulheres trançando o capim para a produção de peças.

Além da intensificação de percepções que essas paisagens geram, outras referências sobre os artefatos de capim dourado também se intensificam, nas proximidades de Mateiros: da originalidade, autenticidade, qualidade, beleza e tradição dos artefatos produzidos na comunidade quilombola do Mumbuca, a 30 km da cidade. Foi nessa comunidade que se originou o ofício de produção desses artefatos.

Essa intensificação de referências aos artefatos de capim dourado, pela proximidade a Mateiros e à Comunidade Mumbuca, explicita dois traços impressos aos mesmos e suas dinâmicas relacionadas: ora são identificados como produtos (biojoias), ora como bens identitários (relacionados a um ofício). Desde nossas incursões de pesquisa no Tocantins e no Jalapão,⁷ esses traços eram enunciados pelos vendedores quando questionávamos a origem dos artefatos:

-
- 7 Na primeira fase da pesquisa, uma pesquisadora da equipe da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) esteve em Ponte Alta, em maio de 2013. Na segunda fase, dois pesquisadores alternaram-se em incursões a Ponte Alta e Mateiros-Mumbuca, respectivamente em agosto e setembro de 2015. Nesse intervalo, esses contextos foram investigados por pesquisadores e pós-graduandos da Universidade Federal de Tocantins, parceiros do projeto.

nos aeroportos, nas lojas de Palmas e nas cidades em seu entorno, os artefatos eram identificados como “do Jalapão”; na região do Jalapão, os vendedores sabiam identificar sua procedência, conforme a cidade ou a comunidade em que eram produzidos, por características impressas nos artefatos.

Embora tais distinções pareçam produzidas por critérios de distanciamento ou proximidade dos locais de venda em relação aos contextos de produção dos artefatos, elas resultam de lógicas de discriminação e classificação que se inscrevem nos procedimentos de certificação de IG do capim dourado. Nos primeiros registros da pesquisa, verificamos que essas lógicas e procedimentos já eram questionados pelos produtores locais, gerando um campo de conflitos em torno de projetos de desenvolvimento distintos na região:

[...] tais práticas distintivas, fundadas em diretrizes universalistas, condicionam o não reconhecimento das identidades particulares desses artesãos do capim dourado, gerando situações de discriminação, opressão, falta de oportunidades que geram ou a marginalização ou a inclusão periférica no sistema social (MARINHO, 2014, p. 208).

Assim, a distância em relação a tais conflitos obscurece a identificação de seus atores, em proveito de uma generalização da procedência dos artefatos, que considera a IG do capim dourado e desconsidera a identificação de seus produtores. Colocados nesses termos, os conflitos e propósitos locais expressos pelos artesãos questionam a tendência de mercado de representar presuntivamente a autenticidade pela marca de uma distância cultural (SPOONER, 2008). Para explicitar os fatores envolvidos nesses conflitos, necessitamos reconhecer os processos que os engendraram, a partir da trajetória da Comunidade Mumbuca em suas interações com atores exógenos e em diferentes esferas de ação e legitimação de suas demandas por reconhecimento.

A COMUNIDADE MUMBUCA, SUAS DINÂMICAS TRADICIONAIS E SEU PROJETO REFLEXIVO

A Comunidade Mumbuca está localizada na zona rural do município de Mateiros, 360 km a leste de Palmas. As rotas comuns de acesso à comunidade, por Ponte Alta e por Novo Acordo, são asfaltadas até essas cidades, consideradas portais da região do Jalapão. De Ponte Alta até Mateiros e Mumbuca percorrem-se 230 km e de Novo Acordo são 180 km, ambos os trajetos por estradas de terra. A conservação das estradas é precária, com vários trechos de areal, o que gera um isolamento relativo pelas dificuldades de locomoção. Trata-se de uma comunidade quilombola extrativista que se dedica à produção de artefatos culturais confeccionados com capim dourado, além da agricultura de subsistência e criação de galinhas. A interação das famílias da comunidade (23 residências no núcleo da comunidade e 11 mais distantes, espalhadas pela área da terra quilombola) com o capim dourado e outras espécies do bioma local é tradicional, conforme os critérios que também definiram o território quilombola onde a comunidade está localizada.⁸ Segundo Carvalho (2014, p. 57), o processo de caracterização da terra quilombola da Comunidade Mumbuca também reconheceu “[...] os conhecimentos transferidos intergeracionalmente pela oralidade, ou pela experiência, e o exercício das atividades de produção, sociais, culturais e de subsistência, mesmo em relação com atividades de mercado”.

.....

8 Conforme o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são definidos como “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Territórios tradicionais, no mesmo decreto, são entendidos como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

O capim dourado nasce em áreas de veredas (campos úmidos do Cerrado) e floresce entre julho e agosto, num ciclo anual. A colheita manual é feita nos meses de setembro e outubro, quando o capim amadurece e assume sua cor dourada característica. Sua reprodução se dá com o depósito das flores no solo, durante a colheita, e o corte dos talos, sem retirar as raízes.

Após a colheita, os talos são enrolados em cordas finas que, costuradas manualmente com fibra de miriti, vão assumindo formas diversas, segundo relatos das artesãs locais: as formas *originais* são baús e chapéus; as formas *tradicionais* são cestas, sacolas, bolsas e potes, mais recentemente acrescidas das *inovações*, como bijuterias (brincos, pulseiras, colares); os *sousplats* são enfeites de mesa, ímãs de geladeira, acessórios de vestuário, porta-canetas, chaveiros e mandalas, que podem ser associados a pedras, talos e folhas de miriti, e sementes da flora local.

A colheita do capim dourado é feita individualmente ou em grupo, em áreas relativamente próximas à comunidade, conforme a demanda de produção de cada artesão ou família de artesãos. Os espaços de armazenamento são as próprias residências, todas elas construídas com tijolos de adobe, sem reboco ou pintura, com telhado de palha, geralmente possuindo um rancho contíguo onde os artesãos produzem os artefatos. As exceções são a igreja evangélica Assembleia de Deus (Ministério de Madureira), pintada de azul, e a escola municipal local, pintada de branco.

A distribuição das casas na comunidade, todas próximas, segue um padrão de arruamentos. Há quatro arruamentos: um principal, da entrada até os limites da comunidade, definidos pela mata e um riacho; um secundário, paralelo, à esquerda de quem entra; e dois perpendiculares – um a partir do meio do principal à direita e outro ao final, seguindo a margem do riacho. A energia elétrica para as casas é fornecida por rede pública e há captação coletiva de água potável no riacho que corre à margem da comunidade. No local, há também uma pousada (Pousada da Tonha) e um bar-restaurant.

O trabalho com o capim dourado é realizado em três etapas complementares: a colheita e o armazenamento; a produção dos artefatos; e a organização das vendas. Embora as duas primeiras sejam realizadas por indivíduos ou famílias, podem ocorrer parcerias, estabelecidas conforme o reconhecimento da experiência das pessoas. As divisões do processo também servem para: delimitar o volume e a duração do estoque de matéria-prima em armazenamento; estabelecer a organização física, familiar e associativa; situar relações de aprendizagem entre as gerações; organizar a logística de venda e distribuição dos artefatos. Nos períodos de alta demanda, de muitas encomendas de artefatos, essas etapas também acentuam a delimitação dos interditos na introdução de tecnologias que segmentem a produção ou fragmentem as estratégias de sua coletivização, operando lógicas de avaliação individual e coletiva das inovações introduzidas na produção e no formato dos artefatos.

Esse último aspecto decorre do fato de que, nos municípios da região que produzem artefatos de capim dourado, com destaque para Ponte Alta, os processos produtivos se desenvolvem em uma escala pré-industrial, seja na segmentação de seus componentes, seja na introdução de inovações tecnológicas que aceleram a produção (MARINHO, 2014), enquanto em Mumbuca a produção mantém-se artesanal. Essas variações regionais na escala de produção ocorrem também nos princípios e procedimentos associativos dentro da comunidade.

Os artesãos estão organizados desde 2002 em torno da Associação Capim Dourado do Povoado de Mumbuca, que orienta as atividades de extração, produção e venda dos artefatos. A associação construiu uma loja para venda dos artefatos, que é contígua a um galpão comunitário aberto. Na loja, além dos artefatos de motivos variados, estão expostos também os registros históricos da comunidade: uma faixa que descreve a árvore genealógica das famílias, livros sobre a comunidade ou o trabalho com o capim dourado, documentários

em vídeo, catálogos produzidos por órgãos governamentais e CDs de músicos da comunidade ou da região.

Os artesãos se encontram organizados na associação, mas os vínculos familiares produzem “pesos” diferenciados nas decisões da organização. Soma-se a isso, o fato de que os jovens são estimulados a aprender o ofício artesanal e auxiliar na produção familiar, mas são impedidos de se associar e, portanto, de participar nas decisões da associação. Os argumentos dos mais velhos para esse impedimento referem-se à imaturidade dos jovens e à tendência que apresentam de querer mudar os procedimentos de trabalho, influenciados pelas inovações ocorridas em outros municípios. Porém, essa tensão permanece implícita no vínculo dos jovens com a atividade e projeta preocupações nos mais velhos a respeito do futuro dessa prática e da comunidade. Segundo relato do sr. Juraci (associado), a estratégia adotada pelas lideranças da comunidade é primeiro inserir os jovens no ofício, para que aprendam a dar valor ao trabalho desempenhado, e depois permitir sua inserção na associação e nas decisões, “para dar continuidade à tradição da comunidade”.

A produção é realizada por indivíduos, ou grupos familiares, mas não há segmentação do trabalho. O que ocorre, fator verificável pela exposição dos artefatos na loja da associação, é uma regularidade na reprodução da técnica (com maior ou menor refinamento) e nos artefatos produzidos entre os artesãos de uma mesma família.

A coletivização da produção não se manifesta na comunidade. O que há é a disseminação de um princípio de reciprocidade na coleta do capim, que é ritualizado em um período mais intenso de atividades coletivas⁹ e na distribuição de demandas nas ocasiões em que ocorre um elevado volume de encomendas de artefatos.

A distribuição de recursos é realizada primeiramente pela comunidade e, quando necessário, para atender alguma demanda familiar.

.....
9 Uma estratégia de ritualização dessa reciprocidade, e de marcação identitária do ofício desses artesãos, foi a promoção da Festa da Colheita do Capim Dourado, realizada regularmente no mês de setembro desde 2009.

No primeiro caso, a porcentagem sobre a venda dos produtos com a qual cada artesão contribui para a associação forma um fundo, gerido para atender às prioridades definidas coletivamente. No segundo caso, o fundo pode ser utilizado para atender a demandas ocasionais de famílias, em situações não especificadas.

As especificidades do ofício e dos processos produtivos dos artefatos de capim dourado na Comunidade Mumbuca caracterizam um projeto coletivo que visa à manutenção e à reprodução reflexiva de uma tradição, frente à imposição de mudanças da sociedade moderna, como analisa Giddens (1997). Os processos que geraram tal configuração resultam da trajetória de interações que os atores da comunidade desenvolveram com influências exógenas, desde sua origem.

A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE MUMBUCA: INTERAÇÕES COM INFLUÊNCIAS EXÓGENAS E A RITUALIZAÇÃO REFLEXIVA DA TRADIÇÃO

Há duas versões para a formação da Comunidade Mumbuca, segundo Carvalho (2014, p. 55): uma que remete ao período de escravidão, “sendo a comunidade formada por negros fugidos de fazendas de plantação do litoral da Bahia” e outra “[...] que a configura pelos processos de mobilidade populacional, no final do século XIX, com a migração de famílias vindas da Bahia, fugindo de fatores climáticos desfavoráveis, como a seca”.

A convergência geográfica de origem das duas versões indica que o povoamento da comunidade seguiu um padrão familiar, com três matrizes (os Beato, os Bento e os Pereira Gonçalves) que se reproduziram até a atualidade, com ocupações em lotes familiares dispersos na área e dedicados à agricultura de subsistência. A atual forma de ocupação, em um núcleo central, deu-se na década de 1990, motivada pela construção de uma escola municipal no local. Nessa atual ocupação também se reproduz o padrão familiar original. Como a população da comunidade se reproduziu basicamente através

de casamentos entre primos, as famílias estão distribuídas na comunidade segundo duas linhagens básicas: no lado direito da rua central estão os familiares de dona Miúda (Guilhermina Ribeiro da Silva, matriarca famosa da comunidade, já falecida), enquanto do lado esquerdo se encontram os familiares de dona Laurentina, senhora de mais de 100 anos que ainda reside ali.

Sobre a origem do ofício artesanal com o capim dourado também há duas versões: uma narrativa comunitária e outra acadêmica. A narrativa comunitária é exposta recursivamente por dona Santinha, matriarca da comunidade, em atividades da Festa da Colheita do capim dourado. Segundo dona Santinha, “Dona Laurentina, antiga matriarca, encontrou o capim dourado nas veredas do Cerrado e, fascinada com a sua cor dourada, apresentou-o à família, anunciando que faria bonitos artefatos com o mesmo”.¹⁰ Após a difusão do capim pela comunidade, teria sido dona Miúda quem lhe deu forma e conteúdo estético (artístico, segundo ela), iniciando o ciclo de produtores artesãos na comunidade. Já a narrativa acadêmica, sintetizada dos estudos de Belas (2008), Schmidt (2005) e Sousa (2012), identifica o modo de fazer os artefatos em Mumbuca com a herança indígena, provavelmente apropriada em intercâmbios das primeiras gerações de quilombolas locais com a etnia Xerente, na região. Segundo os autores, há registros de uso do capim dourado entre os Xerente, assim como a “costura do capim”, ainda realizada na comunidade, uma técnica cultural indígena que utiliza a seda do buriti. Aqui, importa situar que as duas versões convergem para a figura histórica de dona Miúda, nascida em 1928, filha de indígena com afrodescendente.

Embora haja registros da produção de artefatos com capim dourado desde a década de 1930 (época em que os artefatos *originais* eram trocados por gêneros alimentícios e querosene, em mercados na Bahia), foi somente nos anos 1990 que esses artefatos e o ofício artesanal de produção do capim dourado na comunidade ganharam

.....
10 Narrativa coletada durante atividade da Festa da Colheita de 2015, da qual participamos.

notoriedade. Os fatores que convergiram para sua divulgação, segundo Carvalho (2014) e Sousa (2009), foram a construção de uma ponte ligando os municípios de Mateiros e Ponte Alta (rompendo o relativo isolamento da região), uma reportagem divulgada no programa Globo Repórter, em 1990, e o crescente advento do turismo na região do Jalapão.

A crescente demanda comercial dos artefatos disseminou a sua produção no cotidiano e entre as famílias, que diversificaram a produção com os motivos *tradicionais*, até que em 2002 as mesmas criaram a Associação Capim Dourado do Povoado de Mumbuca, visando formalizar as vendas. De lá para cá, a associação manteve-se ativa na produção e reprodução dos modos tradicionais de fazer artefatos com capim dourado.

Na década de 2000, alguns acontecimentos ampliaram a difusão da produção dos artefatos e os legitimaram, para além da Comunidade Mumbuca: em 2004, parcerias entre a associação de artesãos do Mumbuca, a Fundação Naturatins, a Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins e o Sebrae promoveram cursos e oficinas de artesanato com capim dourado na comunidade, atraindo *designers* e outros especialistas;¹¹ no mesmo ano, essas parcerias também promoveram a difusão do ofício artesanal com capim dourado para outros municípios do Jalapão, por meio de cursos e oficinas ministrados por duas artesãs da comunidade (Raimunda e Detô, nora e filha de dona Miúda); em 20 de janeiro de 2006, a comunidade foi reconhecida como Território de Remanescentes Quilombolas – contudo, a demora na titulação das terras tem gerado conflitos. Em 2009, o governo do Tocantins declarou o artesanato com capim dourado como bem de valor cultural e Patrimônio Histórico do Estado

.....
11 Segundo Carvalho (2014, p. 65), "Destaca-se a oficina 'Designer em capim dourado' que foi ministrada pelo *designer* Renato Imbroisi, em 2004, tecelão e *designer* de moda conhecido nacionalmente por atuar em aproximadamente 40 projetos de inovação e artesanato". Segundo relatos de moradores locais, as *inovações* nos artefatos produzidos na comunidade surgem da confluência dessas oficinas e das demandas de turistas.

(Lei n.º 2.186 de 14 de julho de 2009).¹² Em 2010, por intermédio do Movimento Estadual dos Quilombolas e do Ministério Público Federal, foi criado o Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no Estado do Tocantins.

Conforme relatos de sujeitos da comunidade, essas parcerias tiveram trajetórias e resultados distintos, gerando tensões comunitárias pelas inovações inseridas na produção dos artefatos e pela difusão das técnicas de trabalho a outros municípios. A primeira tensão deu-se em torno das propostas do Sebrae de segmentar a produção artesanal, recusadas pelos artesãos, com o argumento de que se deveria manter a tradição e as relações familiares de produção. A segunda refere-se a dois fatores: a difusão da técnica de trabalho aumentou a demanda pelo capim dourado, que passou a ser colhido de maneira clandestina e insustentável; complementarmente, a disseminação crescente da produção em outras localidades (algumas mais acessíveis a comerciantes e turistas, como Ponte Alta) gerou um mercado que descaracteriza a origem comunitária do ofício artesanal e dos artefatos, atribuindo-lhes referências relacionadas à região do Jalapão como IG da matéria-prima (SCHMIDT, 2005).

Na tentativa de garantir a sustentabilidade ambiental da região e buscando ordenar a exploração do capim dourado, o governo estadual estabeleceu a Portaria n.º 362/2007, conferindo regras para a colheita e o manejo do vegetal, proibindo sua colheita fora do período de 20 a 30 de setembro e determinando que só poderia ser realizada por associados devidamente credenciados, entidades comunitárias de artesãos e extrativistas residentes nos municípios tocantinenses. Tais ações foram insuficientes e não surtiram o efeito desejado, de forma que centenas de pessoas entram nas veredas e extraem o capim dourado mesmo fora dos ciclos extrativistas.

.....
12 O reconhecimento do artesanato de capim dourado como Patrimônio Histórico foi, assim, a motivação que desencadeou a ritualização da Festa da Colheita, tornando esse evento uma ocasião na qual as dificuldades e projetos coletivos da comunidade são discutidos.

A recorrência desses fatos, ao longo dos anos, reproduz as tensões em torno de questões que gravitam entre a sustentabilidade do vegetal e a ampliação de novos mercados, que surgem a partir da expansão do comércio de artefatos de capim dourado.

Nesse cenário, o governo do Estado do Tocantins, em parceria com a Associação de Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão (Areja), protocolou ainda no ano de 2009 um pedido de certificação do artesanato local, por meio da IG, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Esse processo se consolidou em 2011, com a Indicação de Procedência da matéria-prima à região do Jalapão, através de um selo de certificação, mas foi em seguida abandonado por tensões crescentes geradas pela recusa dos artesãos e das comunidades em cumprir as exigências de qualificação dos artefatos para obtenção do selo, definidas por instâncias governamentais ou agências instituídas para esse fim.

Uma nova iniciativa de certificação foi formulada em abril de 2015, quando a Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) assinaram um termo de cooperação técnica, visando o fortalecimento da Areja. O ponto central dessa cooperação é a elaboração de um Selo de Indicação Geográfica (SIG) a ser utilizado pelos artesãos da região, valorizando os produtos lá produzidos, de forma que sejam reconhecidos em mercados nacionais e internacionais. Todavia, essa nova iniciativa reacendeu as tensões residuais do processo anterior e foi questionada em reunião das comunidades quilombolas realizada na Festa da Colheita de 2015, quando representantes da Secretaria de Estado da Cultura e da UFT expuseram os critérios e procedimentos para a atribuição do Selo de Certificação da IG.

Nessa Festa, os atores envolvidos nessa tensão promoveram uma atividade denominada Roda de Conversa sobre o Selo de Origem do Capim Dourado, na qual se polarizaram duas posições. Do lado dos proponentes da certificação, mantiveram-se os procedimentos normativos de atribuição e distribuição dos selos de certificação,

que implicam algumas mudanças na produção e na circulação dos artefatos produzidos com o capim para assegurar sua certificação de qualidade. Do lado das associações de produtores e das comunidades quilombolas, reproduziam-se os questionamentos sobre a origem da iniciativa, as mudanças que ela implicava nos processos de trabalho artesanais (pela imposição de um padrão de qualidade definido por atores exógenos à comunidade), o reconhecimento da autenticidade e da originalidade do ofício desenvolvido pela Comunidade Mumbuca e a ausência de dispositivos institucionais de fiscalização da colheita do capim associados à certificação, entre outros.

Entre esses questionamentos, algumas lideranças expuseram depoimentos memorialistas sobre a origem da Comunidade Mumbuca e do ofício com o capim dourado, reivindicando recursivamente o reconhecimento da tradição (autenticidade e originalidade) deste último e recorrendo à legitimidade de lideranças cujas biografias atestariam tal reconhecimento. Nos argumentos expostos pelas lideranças, a IG do capim dourado, presumida ao Jalapão, subsumia a tradição da comunidade e a nivelava com a produção difundida e desvirtuada do ofício em outros municípios do Jalapão.

O impasse estabelecido na identificação da forma de inserção do ofício e da comunidade nos processos de certificação da IG se encaminhou para um encerramento sem decisões, mas com a definição coletiva de se elaborar um documento da Roda de Conversa que sistematizasse os pontos principais debatidos no encontro e algumas reivindicações consensuais estabelecidas, como a necessidade de criar um grupo de fiscalização da colheita do capim dourado, nas veredas da região, de forma a garantir a sustentabilidade do mesmo e da produção das comunidades e associações locais.¹³

.....

13 A redação final do documento encontra-se disponível em <www.facebook.com/lapcab>. Na sequência de sua divulgação, uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura de Tocantins e duas ONGs resultou em três audiências públicas para discutir estratégias de sustentabilidade do capim dourado no Jalapão.

Aqui, importa destacar que a polarização estabelecida entre os atores na Festa da Colheita de 2015 evidencia o acirramento dos conflitos identificados desde o início de nossas investigações junto a artesãos e comerciantes de capim dourado, na cidade de Ponte Alta. Nessa cidade, as parcerias com o Sebrae se desenvolveram e estão vigentes, assim como as propostas dessa instituição para o incremento da produção dos artefatos.¹⁴ Essas relações, embora ocorrendo distantes de Mumbuca, passaram a servir de espelho invertido para a comunidade e são criticadas, sobretudo pelos mais velhos.

Nesse reflexo invertido, as pessoas da Comunidade Mumbuca identificam três fatores que consideram negativos, ou que descaracterizam a “autenticidade” do ofício artesanal com o capim dourado: 1. O agenciamento do Sebrae incentiva a segmentação da produção e torna o artesão ora montador dos artefatos, ora administrador do trabalho de outros; 2. A segmentação e as mudanças no ofício quebram os vínculos de reciprocidade comunitários ou associativos; 3. As inovações inseridas na produção ou nos artefatos tendem a orientar a produção para a demanda do consumo, reforçando os fatores anteriores.

Assim, a maior valorização da relação entre artesão e mercado tende a produzir tensões na relação entre o artesão e o quadro associativo ao qual pertence, pelo acirramento da concorrência pelo mercado, em Ponte Alta e outras localidades.¹⁵ Essas tensões e concorrência, por outro lado, tornam os artesãos mais sensíveis às inovações nos processos de trabalho e nos produtos.

.....

14 As incursões de Marinho (2014, p. 211) em Ponte Alta permitiram reconhecer que as vendas dos artefatos foram incrementadas com o acesso à internet na cidade: “Os pedidos de países como Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Espanha e Portugal são comuns e rotineiros, outros estados do país também compram, como Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Santa Catarina, entre outros”.

15 Essas tensões pela competitividade também foram apreendidas em Ponte Alta, por Marinho (2014, p. 214): “Esse novo modelo de produção possibilitou que um número maior de artesãos comercializasse seus produtos. [...] Além da Associação [criada pelos produtores da cidade], outros 16 artesãos de Ponte Alta exportaram em 2012 na faixa de até 1 milhão de dólares, conforme dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”.

Contrários a essa situação, as pessoas mais velhas da Comunidade Mumbuca evocam regularmente uma expressão de dona Laurentina, que dizia: “Isso aí é para colocar comida na mesa de todo mundo”. Essa exposição de um princípio ou valor comunitário se complementa, na comunidade, por um sentimento de que o ofício que eles ensinaram para outras pessoas e comunidades está se desvirtuando, e implica posicionamentos que impactam o progresso do projeto de desenvolvimento local.

Além das questões relacionadas às tensões produzidas pelas parcerias iniciais da comunidade com o Sebrae e outros órgãos governamentais, estão em evidência, atualmente, três outros fatores: as relações intergeracionais (isolamento *versus* perspectivas ou expectativas de futuro para os jovens); a crescente extração ilegal ou insustentável do capim dourado, na região, para atender à demanda por matéria-prima nas outras cidades onde se produzem os artefatos; e a relação entre a reivindicação comunitária pelo reconhecimento de autenticidade do ofício artesanal com capim dourado *versus* os modelos de inserção nas esferas institucionais e de mercado que certificam a produção dos artefatos.

No arranjo desses fatores em desenvolvimento na comunidade, é possível reconhecer que os artesãos mais velhos do Mumbuca expõem regularmente uma “afirmação de si” (ANDACHT, 2004) em correspondência com seu ofício artesanal (o que inclui o território, o capim dourado e os bens produzidos), conformando um modelo identitário que reforça e confirma seu pertencimento comunitário (o que inclui a trajetória histórica e os traços contemporâneos de quilombolas). Esse arranjo se projeta em um tipo ideal de trabalho relacionado a valores, na comunidade, e se contrapõe, nas narrativas dos artesãos, aos arranjos de trabalho relacionado a fins que reconhecem no ofício artesanal desvirtuado, em outras localidades.

ANOTAÇÕES CONCLUSIVAS

O processo de certificação da IG do capim dourado, no Jalapão, expõe alguns condicionamentos que afetam o contexto de produção de artefatos culturais com essa matéria-prima e influenciam a trajetória da Comunidade Mumbuca, na interação com influências exógenas, e da sua associação de artesãos, na interação com atores e instituições que agenciam as políticas culturais no Estado do Tocantins. Nesse contexto, a mediação da matéria-prima torna difusa a negociação da realidade que aí se estabelece, na forma de um embate dos propósitos que fundamentam os projetos dos atores envolvidos. Buscando superar o caráter difuso dessas negociações, a comunidade ritualizou seus propósitos na realização regular da Festa da Colheita do Capim Dourado como ocasião para onde convergem as problematizações que geram tais embates e suas reflexividades coletivas.

No encaço desse embate, supomos apropriado seguir a orientação de Chanquía (1998, p. 9), que se apropria da noção de “contratos de visibilidade”, de Jean-Claude Passeron, para expressar “[...] aquilo que guia a recepção de uma imagem por parte de um público, provendo os sujeitos comprometidos em tais contratos de um ver e um dizer que marca sua recepção de uma obra determinada”.¹⁶

A centralidade que o processo de IG do capim dourado vem assumindo, na região do Jalapão, de um lado descola a imagem dos artefatos culturais de sua origem comunitária e a desloca para uma IG mais ampla, legitimando uma cadeia de produtores na região e imprimindo procedimentos para sua certificação – e segundo Peralta (2016), a estratégia da certificação de IG tem essa finalidade, pois se trata de um registro de comércio; de outro lado, os atores da Comunidade Mumbuca, ressentidos com esse deslocamento e afetados pelos condicionamentos da certificação em curso,

.....
16 “[...] aquello que guía la recepción de una imagen por parte de un público, provyendo a los sujetos, atrapados en dichos contratos, de un ver y un decir que marca su recepción de una obra determinada”.

agenciam suas tradições em narrativas e tecnologias patrimoniais que imprimem autenticidade aos artefatos produzidos pela associação de artesãos local.

Nesse embate, o capim dourado torna-se um bem disputado e apropriado, muitas vezes, por indivíduos despreocupados com sua sustentabilidade ambiental. E isso pode gerar uma situação futura na qual os propósitos dos atores aqui descritos percam importância, em proveito dos impactos causados pela mercantilização da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ANDACHT, Fernando. A representação do *self* na obra de Goffman: sociosemiótica da identidade. In: GASTALDO, Edison (Org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. p. 125-146.

BELAS, Carla Arouca. *Capim dourado: costuras e trançados do Jalapão*. Rio de Janeiro: IPHAN: CNFCP, 2008. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/pdf/CatalogoSAP/cat_sap145.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 3 abr. 2016.

CARVALHO, Sabrina Silva. *A construção social do mercado de artesanato com capim dourado: um estudo sobre a atuação institucional*. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014.

CHANQUÍA, Diana. *Lo enunciable y lo visible*. México: Conaculta, 1998.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 73-133.

LOBO, Andréa. Do feio ao belo. Aridez, seca, “patrimônio natural” e identidade em Cabo Verde. In: SANSONE, Lívio (Org.). *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 67-89.

- MARINHO, Thais Alves. Conflitos sociais e desenvolvimento local: a produção artesanal de capim dourado. In: RUSCHEINSKY, Aloísio; MÉLO, José Luiz B.; LÓPEZ, Laura C. (Org.). *Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014. p. 203-222.
- NERY, Maria Salete S. A decepção de Tinker Bell e a luta das classificações: o artesanato, o Governo Federal e o Sebrae. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 50, n. 3, p. 293-302, set./dez. 2014.
- PERALTA, Patrícia P. Necessidade de políticas institucionais para a aplicação de Indicações Geográficas como instrumentos de proteção e valorização do Patrimônio Cultural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 7., 2016. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 1-16.
- SCHMIDT, Isabel Belloni. *Etnobotânica, ecologia populacional e Syngonanthus nitens: sempre-viva utilizada para artesanato no Jalapão, Tocantins*. 2005. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- SOUSA, Aline Tavares de. *Gênero e empoderamento: um estudo a partir das associações de artesanato no Jalapão*. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.
- SOUSA, Ruberval R. de. *Tradição, artesanato de capim dourado e desenvolvimento local no povoado do Mumbuca do Jalapão em Mateiros – TO*. 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.
- SPOONER, Brian. Tecelões e negociantes: a autenticidade de um tapete oriental. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 247-298.
- VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades complexas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. p. 345-372.